

# Fortalecer a poupança e o investimento

ESTADO

**É** das mais oportunas a proposta de criar uma poupança-aposentadoria, anunciada pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. É possível que ainda não haja estudos fechados sobre o tema, mas desde já convém que ele receba o apoio tanto na área privada quanto na área pública. Entre os obstáculos previsíveis está o do tratamento tributário, e para isso é preciso obter adesão da Receita Federal. Na história, o Fisco combateu as proposições que envolvem renúncia fiscal no presente, mesmo que os recursos voltem multiplicados para a economia e para o Erário no futuro.

A idéia da nova poupança — não confundir com caderneta de poupança, pois é necessário que haja liberdade para aplicar — é a geração de recursos de longo prazo

na economia. O Brasil dispunha, em julho, de um estoque de haveres financeiros de R\$ 212,4 bilhões, entre títulos públicos e privados, saldos de cadernetas e papel-moeda ou depósitos à vista nos bancos. Trata-se de montante apreciável, que corresponde a cerca de 36% do PIB de US\$ 570 bilhões projetado para 1995 por fontes privadas, ou 25,8% do PIB, conforme estimativas do BC publicadas na *Nota para a Imprensa* do mês de agosto.

Se o Brasil tem poupança, faltam recursos para financiar o investimento. Os saldos parecem grandes, mas precisam crescer e, principalmente, ter sua composição alterada. Há concentração absurda em aplicações de alta liquidez, próprias do período superinflacionário — e isso o BC busca combater com a alteração do perfil dos fundos. Escasseiam recursos

sos que só serão mobilizados na hora da aposentadoria, como os dos fundos de pensões, com patrimônio da ordem de R\$ 55 bilhões.

Para que seja conveniente aos investidores e à sociedade, a poupança-aposentadoria precisará

não só ser isenta de tributos, como as cadernetas, mas também dar direito a deduções no Imposto de Renda, a ser compensadas no futuro, quando o capital e os rendimentos forem sa-

cados. Segundo o secretário de Política Econômica, é o que o governo estuda para as contribuições aos planos de previdência complementar, que teriam o mesmo tratamento que é dado às contribuições para a Previdência Social.

**É preciso estimular a poupança de longo prazo, como nos países desenvolvidos**

A capacidade de poupar define as sociedades desenvolvidas. Em países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, os fundos de pensão detêm ativos superiores a 50 a 60% do PIB (nos EUA, da ordem de US\$ 3,5 trilhões). Por isso, o mecanismo da capitalização das empresas é tão desenvolvido e os governos podem lançar títulos de prazo muito longo, até 30 anos nos EUA e mais no Japão. As empresas dependem menos dos empréstimos bancários e, com juros mais baixos, a economia pode se desenvolver. Para fazer o mesmo no Brasil, é preciso estimular os que não são filiados à Previdência ou querem fazer esforço extra para envelhecer com dignidade.